



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

A BIFOBIA ENQUANTO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

BRUNA GABRIELA DE OLIVEIRA GOMES¹

JÚLIA SPIGOLON XAVIER²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o fenômeno da bifobia enquanto uma expressão da questão social. Uma pesquisa bibliográfica construída através da linha argumentativa: primeiro, da matriz do trabalho ontológico para demonstrar a constituição da sexualidade e subjetividade do ser social; segundo, da constituição da monocisheteronormatividade, absorvido no modo de produção capitalista para a reprodução social e; terceiro, as correlações dessa estrutura materializada na bifobia. Assim, concluímos que a bissexualidade é uma vivência que ameaça os ditames e moral burguesa, sendo lócus de violência, discriminação, preconceito e apagamento de bissexuais, ou seja, a bifobia. É no presente fato concreto da bifobia que se revela mais um tentáculo da contradição capital e trabalho, isto é, da questão social.

Palavras-chave: bifobia. bissexualidade. questão social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the phenomenon of biphobia as an expression of contemporary social issues. The research, based on a bibliographic review, follows a three-part approach: first, it examines the ontological foundation to understand the constitution of sexuality and social subjectivity; second, it investigates the concept of monocisheteronormativity, which describes the dominant norm of cisgender and heterosexual identity within the capitalist mode of production for social reproduction; and third, it explores the correlations between this structure and the manifestation of biphobia. The study concludes that bissexuality challenges bourgeois norms and morality, serving as a locus of violence, discrimination, prejudice, and erasure—elements that characterize biphobia. This phenomenon

¹ Universidade Federal de Mato Grosso

² Universidade Federal de Mato Grosso

highlights another facet of the contradictions between capital and labor, reflecting the underlying social issue.

Keywords: bifobia, bisexuality, social issue.

INTRODUÇÃO

Em abril de 2024, um viral tomou as redes sociais com a série *Bebe Rena*. Enquanto o debate girava em torno da moralidade do protagonista e de sua *stalker*, poucos perceberam a declaração visceral sobre sua sexualidade. Em uma cena, Donny, o protagonista, ao ser questionado por sua namorada Teri sobre sua orientação sexual, desvia desconfortavelmente e responde: "Não sei. Talvez bi", ela pergunta "Por que?", Donny revela sua angústia: "Me sinto uma fraude, dormindo com qualquer pessoa". Essa representação ecoa em outro sucesso, *Heartstopper*, onde o personagem Nick Nelson tem que reafirmar constantemente sua sexualidade, após iniciar o seu primeiro relacionamento homoafetivo. Já em *Anatomia de uma Queda*, a sexualidade da protagonista Sandra é utilizada como elemento para questionar sobre a sua moralidade e confiabilidade, enquanto ela é acusada de assassinato do seu marido. O que todas essas narrativas têm em comum? A experiência e vivências da bifobia.

A representação da bissexualidade na mídia está ainda em seus primeiros passos, uma vez que, além de incluir protagonistas bissexuais, é essencial desenvolver narrativas que não perpetuem estereótipos negativos sobre a sexualidade. De todo modo, esses foram exemplos pontuais retratados em roteiros, mas são vivências que expressam uma estrutura invisibilizada. Assim, propomos nesta discussão teórica compreender a bifobia como uma expressão da questão social, o objeto de atuação e estudos da categoria do Serviço Social.

Desse modo, construímos a argumentação teórica através da categoria do ser social e o trabalho ontológico enquanto potencial para o desenvolvimento da subjetividade humana, desenvolvendo-se assim, uma diversidade humana e sexual. A partir do percurso histórico social, vai se exercendo uma reprodução social: normas culturais e subjetivas. Em especial, pretendemos evidenciar como o estigma vinculado à diversidade sexual, operado pela produção e reprodução, atua na manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. Mais especificamente de como a ideologia da ordem e moral burguesa, a monocisheteronormatividade, naturaliza, oprime, desqualifica, violenta e apaga a identidade e vivência dissidentes.

Para tanto, o presente estudo está dividido em três tópicos: primeiro, *Ontologia do Ser Social e Subjetividade: a (bi)sexualidade como produto da atividade humana*, trabalhando a

ontologia do ser social e também usando obras de Junior (2012), Netto (2001), Netto e Braz (2012), Weeks (1999), Marx e Engels (2009), Pinheiro (2022). Segundo tópico, *A Reprodução Social e a Família Burguesa: a monocisheteronormatividade* baseando em obras como de Iasi (2020), Butler (2014), Moschkovich (2022), Oliveira (2020), Paiva (2022), Eurico (2021). Já o terceiro tópico, *Bifobia, uma expressão da questão social*, aqui conversamos com Iamamoto (2001), Ianni (1989), Lewis (2012), Butler (2003), Mônaco (2021), Iamamoto e Carvalho (2014), Mônaco e Klidzio (2022). Por fim, tecemos nossas considerações acerca da afirmação da bifobia enquanto expressão da questão social.

ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E SUBJETIVIDADE: a (bi)sexualidade como produto da atividade humana

Na ontologia lukacsiana, os seres são divididos em três esferas: ser inorgânico, tudo que existe que não possui vida; ser orgânico; e ser social (Junior, 2012). Os seres orgânicos, animais e vegetais, possuem a condição de nascer, crescer, se reproduzir e morrer, além disso, uma habilidade de atender as necessidades básicas e específicas para manter o seu organismo vivo, ativo e saudável. O ser humano, como qualquer outro animal, dispõe de necessidades como se alimentar, se hidratar, dormir e se reproduzir para a sua sobrevivência. São necessidades da continuidade das espécies em uma dimensão do instinto animal, um estado do ser *in natura*.

Entretanto, o ser humano não se estagnou no seu estado puro de natureza, em sua esfera meramente biológica, ele se complexificou. Na ontologia lukacsiana houve um salto ontológico, ou seja, uma passagem do ser orgânico para um ser social. Esse fenômeno só foi possível pelo trabalho, conforme Netto e Braz (2012) indicam. A categoria trabalho, segundo os autores, permite fazer uma análise do fenômeno humano-social. Logo, o trabalho nos permite localizar a essência da construção social e da individualidade.

Dessa forma, o trabalho se distingue de qualquer atividade natural, ele distancia o ser humano da sua essencialidade biológica e, como também, se diferencia dos demais animais, mas nesse caso, advém ainda de uma habilidade exclusiva dos seres humanos: a capacidade teleológica (Marx, 1983 *apud* Netto; Braz, 2012). Seria a capacidade de previamente idealizar em sua mente, os meios, as formas para realizar tal atividade e seu resultado, antes mesmo de executar a ação. A mediação do ser humano sob a natureza, o trabalho seria o elo, ou melhor, o mediador entre o ser humano e a natureza. Portanto, o ser humano sai de sua condição natural, por meio do trabalho, utilizando e modificando a natureza, torna-se um ser social. O humano age



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sob a natureza, ele a transforma, mas também se transforma (Marx, 1983 *apud* Netto; Braz, 2012).

O trabalho gera escolhas, logo, cria-se uma dimensão qualitativa e uma categoria de finalidade. Isto é, o ser humano por meio da repetição do trabalho, aprende quais serão as melhores maneiras e materiais para se criar instrumentos (dimensão qualitativa) e a funcionalidade para cada instrumento (dimensão da finalidade). Sendo assim, o trabalho cria alternativas, abre a possibilidade de escolhas dentre elas e leva a uma criação de posição de valor, e até mesmo, desenvolve-se conceitos como ética e moral³, pois o ser humano definirá o que é bom ou ruim, bonito ou feio, útil ou inútil, errado ou certo, normal ou anormal, etc.

Tendo isso em mente, através do arcabouço de conhecimento que o ser humano adquiriu, ele terá a necessidade de universalizar esse conhecimento ao outro. Como Netto e Braz (2012) denotam, o trabalho nunca é individual, ele é coletivo, existe a necessidade de coletivização desses conhecimentos. “Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denomina de social” (Netto; Braz, 2012, p. 46).

Dessa maneira, de acordo com os autores, o desenvolvimento do ser social implica no surgimento de uma racionalidade, pois o trabalho não circunda apenas e diretamente na modificação da natureza, mas sim, e também, nas esferas da construção da subjetividade, objetivação, a ciência, a filosofia, a arte, etc. Junior (2012) ressalta sobre a potencialidade do trabalho na construção e relação da individualidade (subjetividade) com o ser social, tendo em vista que a construção do ser social são a soma de atos individuais, a individualidade é realizada a partir da circunstância socialmente posta.

A individualidade só se constrói mediante a gestão consciente da tensão indivíduo/gênero. O ser humano é sujeito que se relaciona com os objetos do conhecimento, e indivíduo que se relaciona com o próprio gênero. A subjetividade surgida na primeira relação se externaliza na segunda. É este o espaço das relações sociais, do ser-com-o-outro, do ser que, pela corporeidade, age no mundo e se relaciona (Junior, 2012, p. 37).

Portanto, a sexualidade seria uma construção da subjetividade ligada diretamente com o espaço social, logo, construído com o outro e para si. Ela está relacionada com o ser orgânico à ser social, pela corporeidade à cultura. “A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere” (Netto; Braz, 2012, p. 59).

Para Weeks (1999), a sexualidade deve ser tratada como um fenômeno social e histórico, melhor dizendo, ela seria “uma construção social”, uma invenção histórica que tem base,

³ Para aprofundar na ação do trabalho ontológico na construção da ética ver Barroco (2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

naturalmente, nas possibilidades do “corpo”. Sendo assim, o autor retrata que a sexualidade se instaura no corpo biológico, mas vai além, pois envolve determinantes de crenças, ideologias e imaginações do nosso próprio corpo físico. A sexualidade não é uma forma natural, como se fosse um ciclo de evolução próprio, ela é moldada no interior de relações definidas de poder, que nos aprofundaremos no próximo tópico. Por fim, a vivência do gênero e da sexualidade é perpassada pelos conhecimentos e práticas nas instâncias sociais e culturais (reprodução social): a família, escola, Igreja, leis, ciência e dentre outros.

Todos os aspectos da reprodução social desempenham um papel importante para as relações específicas da produção, como meio de legitimar a vigente ordem e/ou mascarar as relações de exploração e dominação, para tanto, a produção não teria se desenvolvido e vingado se os sujeitos nela não tivesse acreditado que a ordem vigente é justa, ideal ou a única possível, e ainda que as desigualdades sociais são meramente de responsabilidade individual ou de ordem divina.

Marx e Engels (2009) apontam que os ideais dominantes (reprodução) são propagados pela classe que detém os meios de produção material, assim, a classe dominante não somente gozam dos recursos materiais, como também da produção espiritual. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx; Engels, 2009, p. 47). A ideologia da classe dominante no capitalismo, portanto, a burguesia, produz ideias dominantes para a naturalização e camuflagem dos processos de dominação e exploração.

Dessa forma, partimos da ontologia do ser social para a construção da reprodução social no capitalismo de enorme capacidade de violentar, discriminar e aniquilar o desenvolvimento da subjetividade e sexualidade do ser humano: a família burguesa. Esse modelo de família se tornou uma exigência para garantir a propriedade privada, assegurar para seus herdeiros, para controlar a subalternização e exploração da mulher, para construir uma norma de sexualidade (heteronormativa e mononormativa) e identidade (cisnormativa) e pulverizar a diversidade humana em uma unidade: monocisheteronormatividade.

A unidade exploração-opressão descrita e esmiuçada em questões do nó, da imbricação, da apreensão interseccional-marxista, da consubstancialidade e coextensividade, da alienação colonial e da teoria da reprodução social ganham um nível de maior complexidade quando baseadas por uma lente da ontologia do ser social (Pinheiro, 2022b, p. 116).

No próximo tópico caracterizaremos tal fenômeno e sua funcionalidade estrutural para sociedade do capital.

REPRODUÇÃO SOCIAL E A FAMÍLIA BURGUESA: a monocisheteronormatividade

A ideologia burguesa, a usurpação da alma e do espírito, naturaliza e mascara a realidade através de discursos imediatistas e a-históricos. Essa ideologia de poder recai na subjetividade, individualidade e nos padrões de relações afetivo-sexuais que influenciam os sentimentos e desejos dos sujeitos. Assim, o presente tópico propõe demonstrar uma das raízes da reprodução da ordem do capital: a monocisheteronormatividade. Fazendo portanto uma ponte para as discriminações e o apagamento da vivência bissexual causado por essa lógica.

Conforme Iasi (2020) em sua análise do pensamento lukacsiano, a “decadência ideológica” é o afastamento da burguesia com a compreensão da realidade social, marcada pelo discurso do subjetivismo e o misticismo, para uma defesa incontestada do capital como forma soberana de sociabilidade.

As desigualdades sociais não são determinadas na esfera natural e/ou sobrenatural, mas, socialmente, no capitalismo elas aderem uma força para legitimar e camuflar as relações de opressão e exploração. Portanto, a monocisheteronormatividade é uma das colunas da reprodução social da ordem e da moral burguesa, refletido na identidade e subjetividade do ser humano, mais especificamente, ligado pejorativamente à construção de gênero, das vivências não-heterossexuais, não-cisgêneras e monodissidentes.

A cisheteronormatividade parte de uma estrutura que classifica a genitália visualmente, designando que uma pessoa que possui uma vagina-vulva será o ser feminino e quem tem o pênis-escroto será o ser masculino. Nessa categoria, condiz que toda genitália deve ser classificada em uma dimensão binária: feminino e masculino. Dentro dessa estrutura, a cisheteronormatividade também acompanha a heterossexualidade compulsória (Butler, 2014).

A prática e desejo acabam sendo entendidas como um só. O que cabe a norma da prática e desejo: uma pessoa do “sexo feminino”, destinada a ser uma “mulher” poderá ter atração e práticas sexuais somente pelo seu gênero oposto; e para tanto, o “sexo masculino”, um “homem”, poderá ter atração e práticas sexuais somente pelo seu gênero oposto. Assim, a heteronormatividade cria uma norma estanque, onde predetermina as normas da classificação genital, identidade de gênero e desejo e prática sexual, “[...] só se admite estar em polo e se opor/desejar/se atrair pelo outro” (Moschkovich, 2022, p. 48). A heterossexualidade não é apenas

uma atração sexual ou uma prática, mas ela é um sistema que dita e se apropria como a única norma legítima.

Por uma herança do dualismo cartesiano, a organização do mundo divide-se em pares dicotômicos e mutuamente exclusivos, como corpo ou mente, bem ou mal, sagrado ou profano, céu ou inferno, mulher ou homem, dentre outros. Entende-se, então, como historicamente, a partir de nuances diversas, foi pensado e estabelecido papéis designados para determinado gênero/sexo, seja para se pensar a forma de performance do que é ser mulher e do que é ser homem, seja em outras movimentações da vida social que atravessam outros comportamentos esperados. Segundo Butler (2014, p. 254) destaca, “[...] gênero se move além do binarismo naturalizado”.

De forma a dialogar sobre o binarismo envolto em várias esferas das relações sociais, aproxima-se sobre o fenômeno da abjeção, que, segundo Julia Kristeva, este tem uma tarefa central no processo de subjetivação, pois “a partir da abjeção é expulso aquilo que é considerado ‘outro’ para ‘si mesmo’, definindo assim as fronteiras da própria subjetividade e do próprio ‘eu’” (McAfee, 2014, p. 57 *apud* Oliveira, 2020, p.191). Portanto, o que pretende-se recuperar é de que “o abjeto apresenta-se enquanto algo radicalmente excluído do lugar da produção de significados. No entanto, isso não significa dizer que o abjeto seja algo inexistente [...] mas ele se configura enquanto algo não reconhecido” (Paiva, 2022, p. 591), muitas vezes, é apontado como anormal, errado, sujo, nojento, tal qual acontece com identidades dissidentes. Por isso, é fundamental refletir sobre os processos objetivos e subjetivos presentes nas condições de existência de sujeitos não-normativos (seja pela identidade de gênero, sexualidade, corporalidades e raça).

Isto posto, nessa complexa estrutura normativa, se reproduz o monossexismo, que conforme Ross *et al* (2010 *apud* Jaeger *et al*, 2019) é a crença social de que as monossexualidades (heterossexualidade, homossexualidades e lesbianidades) são superiores e mais legítimas do que as não monossexualidades (bissexualidades, pansexualidades, polisssexualidades e sexualidades fluídas).

Ao escolhermos utilizar a categoria monocisheteronormatividade, buscamos compreender e interpretar a sociabilidade como um vasto e complexo emaranhado de uma estrutura unificada. Não apenas as estruturas sociais estão conectadas, mas também o modo de produção, a vida material, formando uma unidade, ou seja, não é uma mera relação, mas sim uma totalidade da exploração e opressão (Pinheiro, 2022). A unidade exploração-opressão, conforme o autor, é



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pautada por uma relação social na alienação advinda de uma ordem vigente centralizada na propriedade privada.

Portanto, as dissidências sexuais e de gênero, na perspectiva do pensamento social crítico, não são fenômenos biológicos nem mesmo problemas mentais, mas construções socioculturais e históricas que se expressam de forma diversa e têm características distintas. Assim, são constitutivos dos marcadores sociais de diferença, de opressão, de dominação, de exploração e de desigualdade que operam de forma interseccional com outros marcadores históricos, como classe social, raça, etnia e território, na produção de sistemas de hierarquia, opressão e dominação. Não se tratando, desta forma, de mera justaposição de diferenças, mas constitutivo das relações sociais capitalistas e suas múltiplas determinações (Eurico *et al*, 2021, p. 302).

Por fim, no próximo tópico, compreenderemos por meio desta categoria um dos tentáculos que afeta a diversidade humana e sexual, explorando a particularidade das bissexualidades.

BIFOBIA, UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A afirmação de que a bifobia é uma expressão da questão social é considerar um conjunto de práticas violentas, opressivas, discriminatórias, que negam direitos e deslegitimam a vivência bissexual, o que não se alinha à lógica dominante de reprodução social do capital e da família burguesa. Esta família, que é o berço e porta-voz da propagação e naturalização das opressões e dominações de classe social e da diversidade humana, vê a bissexualidade como uma ameaça aos “bons” costumes burgueses.

A compreensão da questão social é por si algo demasiado de interpretações e aqui não conseguiremos nos debruçar sobre todas elas, mas, para José Paulo Netto, a questão social é como "conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista" (Netto, 2001, p. 17). Iamamoto (2001) descreve a questão social enquanto uma parte constitutiva das relações sociais capitalistas, permeada pela disputa entre projetos societários, haja vista os interesses antagônicos entre a classe trabalhadora e a burguesia. Ademais, a questão social para a autora é uma expressão ampliada das desigualdades sociais.

A ordem capitalista é absorvida pela realidade da contradição, onde produz riqueza também se produz pobreza, portanto, criando uma profunda disparidade social. Observando a realidade do Brasil, Ianni (1989) retoma Hélio Jaguaribe, teríamos um profundo dualismo brasileiro, isto é, o Brasil está dentre as quinze maiores potências econômicas mundiais⁴ e ao

⁴ Em 2022, o Brasil foi a 12º maior economia do mundo, baseado em dados da estimativa do FMI (Fundo Monetário Internacional), conforme dados da Poder360 (2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mesmo tempo, e contraditoriamente, é o 8º país no ranking mundial de desigualdade social⁵. Portanto, “[...] a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (Ianni, 1989, p. 154).

Ianni (1989) também trata da questão social em seus aspectos econômicos, políticos e culturais.

Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural (Ianni, 1989, p. 147).

A questão social se apresenta como uma mesma unidade para qualquer país capitalista, pela contradição entre capital e trabalho, entretanto, devido à experiência social, cultural e histórica de cada país, resultará em diferentes particularidades e estruturas. A lógica da questão social no Brasil⁶ é marcada por cicatrizes da invasão, escravidão e a formação de um capitalismo tardio.

Iamamoto (2001) coloca a questão social em movimento com a própria história, pois quando caracteriza a "velha questão social", que continuará sempre a mesma, ela vai assumindo novas roupagens, ou melhor dizendo, novas expressões⁷.

[...] a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. **Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea** (Iamamoto, 2001, p. 10, grifos nossos).

Portanto, estamos dialogando com uma classe trabalhadora que também é composta por pessoas que se identificam como bissexuais, e assim, devido a imposição da família burguesa (monocisheteronormativa), a bifobia é uma realidade.

De acordo com o levantamento realizado pelo VOTELGBT (2021) durante a pandemia de Covid-19, que buscou evidenciar a realidade e os desafios enfrentados pela comunidade LGBTI+⁸ no contexto do isolamento social⁹, constatou-se que seis em cada dez pessoas LGBTI+ tiveram

⁵ Conforme Amorim e Madeiro (2020).

⁶ Para se aprofundar, ver Capítulo 2, tópico 2.2.1 de Santos (2017).

⁷ De certo, Iamamoto (2001) ainda alerta que as múltiplas, novas e diferentes expressões e determinações não devem estar desconectadas da gênese da questão social, isto é, da ordem capitalista. Se guiar por essa mediação é estar fiel ao método marxiano, de acordo com a estudiosa, no que se refere à sua historicidade.

⁸ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexo e demais orientações sexuais e de gênero).

⁹ Foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade LGBT+ à COVID-19 (VLC), com uma escala de 0 a 1, onde quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

redução de renda ou perderam seus empregos nesse período. A pesquisa apontou três principais impactos para essa população: a) piora na saúde mental; b) afastamento da rede de apoio; e c) perda da fonte de renda. O estudo revelou que as corporeidades mais afetadas pela pandemia foram pessoas trans, seguidas de pessoas LGBTQ+ pretas, pardas e indígenas (VOTELGBT, 2021). Um ponto importante a ser destacado é que, na categoria "orientação afetivo-sexual", a bissexualidade (VLC 0,595) se mostrou entre as sexualidades mais vulneráveis, superando as lésbicas (VLC 0,560) e os gays (VLC 0,538). Na categoria Renda e Trabalho, a situação foi semelhante (bissexuais: 0,432; lésbicas: 0,331; gays: 0,253).

A partir da Comissão de Direitos Humanos de São Francisco (2011), onde demonstra a bifobia latente para os processos da produção, revelou que os homens gays recebiam de 2% a 3% a menos do que homens heterossexuais, e mulheres lésbicas ganhavam 2,7% a menos, homens bissexuais recebiam de 10% a 15% a menos e mulheres bissexuais tinham uma redução salarial de quase 11%. Os homens bissexuais demonstraram uma maior propensão, em comparação aos homens heterossexuais, para enfrentar dificuldades financeiras, como pagar suas despesas, vivenciar insuficiência alimentar e lidar com a insegurança habitacional (Martell, 2023). No âmbito da saúde mental, pesquisas revelam que mulheres bissexuais apresentam uma maior propensão ao sofrimento mental e problemas de saúde geral em comparação com mulheres lésbicas (Fredriksen-Goldsen *et al.*, 2010). Por conta disso, elas tendem a ter maior risco de uso de substâncias psicoativas e de desenvolver condições como transtornos alimentares, ansiedade, automutilação e sentimentos de depressão (Colledge *et al.*, 2015).

Assim, conforme Lewis (2012), a bifobia opera sua discriminação e preconceito dirigidos a pessoas bissexuais em duplo viés, ou seja, praticada por pessoas heterossexuais e também homossexuais. Corroborando, Ulrich Gooß (2008 *apud* Jaeger *et al.*, 2019) define a bifobia enquanto:

processo de invisibilização e deslegitimação das experiências bissexuais, sendo usado para descrever reações negativas de pessoas heterossexuais, lésbicas e gays em relação às bissexualidades (Ulrich GOOß, 2008 *apud* Jaeger *et al.*, 2019, p. 6).

A bifobia se encontra com os entraves da ideologia burguesa, norma heterossexual e monossexual, o que demonstra que a própria comunidade LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e demais orientações sexuais e de gênero) não fica isenta de se engrenar e reproduzir nos ditames de poder.

Forma-se então um processo de uma dupla opressão-dominação: heteronormatividade e o monossexismo. Pois a bissexualidade não adentra na lógica da heteronormatividade, mas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

também não adentra nas sexualidades mono. Em uma dicotomia social, a bissexualidade assume um lugar de vácuo. Ela é o não-lugar, mediada por sua fluidez, ou melhor, pela sua “simultaneidade” (Moschkovich, 2022). E para tanto, já que a norma é estanque e dicotômica, a sua existência e veracidade frequentemente será questionada.

Assim, o binarismo é um componente da monocisheteronormatividade, tornando-se mais evidente nas experiências de violência enfrentadas por travestis, transexuais, não-binários e bissexuais. Essas identidades desafiam as regras estabelecidas e, conforme Moschkovich (2022), são estes sujeitos que têm o potencial de desestabilizar e desmontar o sistema de gênero, uma vez que “são experiências que negam esse sistema como um todo por se basearem na simultaneidade que recusa os termos do jogo que as produziu” (Moschkovich, 2022, p. 56). Essa marginalização se manifesta de forma tão evidente que, tanto dentro da própria comunidade LGBTI+ quanto fora dela, observamos que “[...] as imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros [feminino ou masculino] ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto” (Butler, 2003, p. 162). A tomada de consciência desses sujeitos revela essas mediações, pois seu potencial político é crucial para evidenciar a essência de sua subalternização.

Aqui se coloca a defesa de uma bissexualidade pelo reconhecimento e liberdade, enquanto um grande potencial político para desvelar as contradições da estrutura da monocisheteronormatividade na reprodução capitalista. Neste ponto, a questão social pode ser exposta para esfera pública. É pela luta social que coloca uma contestação e em cheque a ordem vigente, exigindo-se uma resposta pública e responsabilização do Estado. Ianni (1989) retrata que essas lutas legitimam e colocam em evidência que a questão social é uma realidade. A questão social é nada mais que “[...] a manifestação no cotidiano da vida da contradição entre proletariado e burguesia (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 83-84).

O ativismo bissexual, uma latente manifestação da questão social, emergem em meados de 1970 em várias partes do mundo, particularmente nos Estados Unidos. Exemplos notáveis incluem: National Bisexual Liberation Group (1972); Bi Forum (1975); e San Francisco Bisexual Center (1976). No entanto, no contexto brasileiro, as organizações bissexuais começaram a se desenvolver apenas nos anos 2000, com destaque para o ano de 2010, quando coletivos bi independentes começaram a surgir, distanciando-se dos movimentos LGBTI+ (Mônaco, 2021). A autora enfatiza que a formação independente desses coletivos é impulsionada pela exclusão e discriminação dentro do próprio conjunto LGBTI+.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Atualmente, o ativismo bissexual cresceu a partir das redes sociais, como a formação de coletivos, redes sociais e podcast, como por exemplo: *Frente Bissexual Brasileira*, com mais de sete mil seguidores no Instagram; *Bi-biblioteca*, rede social dedicada a divulgar produções teóricas sobre bissexualidades e monodissidências; *Bi na Mídia*, divulgação de representação bissexual na mídia; *Bisão Voador*, podcasting; e dentre outros. Mônaco e Klidzio (2022) denominam esse fenômeno enquanto “uma sociabilidade bissexual digital”¹⁰.

Desse modo, a questão social está inserida na dinâmica histórica da sociabilidade, assumindo perfis e expressões na cena contemporânea (Iamamoto, 2001). A bifobia se manifesta nas contradições da questão social, ou seja, nas tensões entre capital e trabalho. Ela se revela na produção e reprodução da discriminação, preconceito e apagamento de pessoas bissexuais, motivada substancialmente pela instituição da família burguesa. Isso ocorre devido ao confinamento da subjetividade da classe trabalhadora, onde seus desejos e sentimentos são confundidos com os ditames do binarismo de gênero, heterossexualidade e cisgeneridade compulsórios e do monossexismo.

Considerações Finais

Por fim, mediante a construção do ser social, através do trabalho, possibilitou-se a criação da subjetividade e individualidade do ser humano, como também, gerou exigências e padrões sociais. E a depender do tempo histórico e das condições materiais, estas se modificam, no caso do modo de produção capitalista, é uma sociabilidade pautada na desumanização, centrada na coisificação e mercantilização do ser humano e de suas relações. Um desses elementos é imposição da família burguesa: monogâmica, heterossexual, cisgênera, binária e sexista.

Diante da decadência ideológica burguesa, enfrentamos uma realidade alienada, onde o espírito e a corporeidade são moldados a atender a reprodução social. A usurpação da subjetividade da classe trabalhadora pela ideologia burguesa está no cerne da produção e reprodução das condições que justificam e mascaram os verdadeiros motivos do desemprego estrutural, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, da precarização dos serviços por aplicativos, das opressões vividas pela população LGBTI+ e da exploração mercadológica do chamado *pink money*.

¹⁰ O ativismo bi passa da estigmatização dentro da própria comunidade LGBTI+ a organizarem entre iguais e construir um reeducamento das dissidências hetero-mononormativa, logo, produzindo uma cultura bi através das redes sociais, esse processo pode ser descrito como uma plataformização do movimento social. Para se aprofundar ver Poell *et al* (2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, a questão social é a contradição exposta da relação capital e trabalho, e ao objeto do presente estudo, está uma das materializações nocivas da ideologia burguesa: a bifobia. As práticas violentas de constrangimento, apagamento e discriminação de experiências bissexuais não adentram a lógica da reprodução social burguesa, pois é nela que se coloca uma ameaça a ordem monocisheteronormativa. Um risco aos moldes da família burguesa que é pilar, o agente e porta-voz da legitimidade das opressões e dominações da classe trabalhadora e da diversidade humana. E assim, nada mais concreto que afirmar, a bifobia é uma expressão da questão social.

Referências

AMORIM, Felipe; MADEIRO, Carlos. Brasil tem 8ª pior desigualdade de renda e supera só países africanos. **UOL**, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/15/brasil-tem-a-8-pior-desigualdade-de-renda-e-supera-so-paises-africanos.htm>>. Acesso no dia 12 de setembro de 2023.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. Cortez Editora: São Paulo. 2013 (3ª edição).

BRASIL termina 2022 como a 12ª maior economia do mundo. **Poder360**, 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-termina-2022-como-a-12a-maior-economia-do-mundo/#:~:text=Brasil%20termina%202022%20como%20a%2012%C2%AA%20maior%20economia%20do%20mundo>>. Acesso no dia 12 de setembro de 2023.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLEDGE, Lisa *et al.* Poorer mental health in UK bisexual women than lesbians: evidence from the UK 2007 Stonewall Women's Health Survey" [on-line]. **Journal of Public Health**. Vol. 37, nº 3, 2015, p. 427-437. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/pubmed/fdu105>>. Acessado no dia 16 de agosto de 2024.

DOSSIÊ denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. **Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>>. Acesso no dia 12 de setembro de 2023.

EURICO, Márcia C.; *et al.* Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 293-309, 2021.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, Karen, *et al.* Disparities in Health-Related Quality of Life: A Comparison of Lesbians and Bisexual Womem. **American Journal of Public Health**, 100(11) pp. 2255-2261, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2951966/>>. Acessado em Acessado no dia 16 de agosto de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. n. 3.(p. 9-31) Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 41. ed., 2014.

IANNI, Octavio. A questão social. In: **Revista USP**. Setembro/Outubro/Novembro. São Paulo: USP, 1989.

IASI, Mauro Luis. Os intelectuais e a decadência ideológica. **Blog da Boitempo**, 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/09/14/os-intelectuais-e-a-decadencia-ideologica/>>. Acesso no dia 09 de setembro de 2023.

JAEGER, Melissa B; *et al.* Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Periódicus**, Salvador, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

JUNIOR, Aurélio Bona. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Revista Digital do Paideia**. Volume 3, Número 2, Outubro de 2011 – Março de 2012.

LEWIS, Elizabeth S. “**Não é uma fase**”: construções identitárias em narrativas de ativistas **LGBT que se identificam como bissexuais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTELL, M.E., Roncolato, L. Economic Vulnerability of Sexual Minorities: Evidence from the US Household Pulse Survey. **Popul Res Policy Rev** 42, 28, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11113-023-09778-y>>. Acessado no dia 16 de agosto de 2024.

MÔNACO, Helena; KLIDZIO, Danieli. O digital é político: ativismo bissexual e apropriações das mídias digitais. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 5, n. 1, jan.-jul. 2021, p. 153-168. Rio Grande, 2022.

MÔNACO, Helena. “**As pessoas precisam saber o que é bi**”: visibilidade e movimentos bissexuais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.

MOSCHKOVICH, Marília. **Ebisteme: bissexualidade como epistemologia**. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis** 3, jan./jun., (p.41-49). Brasília: ABEPSS, 2001.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de. O conceito de abjeção em Julia Kristeva. **Revista Seara Filosófica**, n. 21, p. 185-201, 2020.

PAIVA, André Luiz dos Santos. Materialização do corpo e abjeção em Judith Butler. **Perspectiva Filosófica**: PF, v. 49, n. 2, p. 579-603, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PINHEIRO, Paulo W. M. **Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão**. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

SANTOS, Josiane Soares. **" Questão social": particularidades no Brasil**. Cortez Editora, 2017.

SÃO FRANCISCO. Comitê de Aconselhamento LGBT da Comissão de Direitos Humanos de São Francisco. **Bisexual Invisibility: Impacts and Recommendation**. São Francisco, 2011.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na Pandemia**: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Pesquisa, junho de 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.